

**Maria Emilia Prado**

Doutora em História Social e Professora Titular  
de História do Brasil da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

# Integração Nacional e Identidade Nacional em Manoel Bomfim e Oliveira Vianna

O que caracteriza o Brasil? Como torná-lo um país liberal, moderno e integrado? Essas são questões muito caras à intelectualidade brasileira desde o século XIX e o objetivo deste texto é, portanto, apresentar as reflexões feitas nas primeiras décadas do século XX por dois desses intelectuais: Manoel Bomfim e Oliveira

Vianna. Seus olhares tão divergentes sobre esta temática serão objeto de análise bem como os diferentes caminhos propostos para solução da questão nacional.

*Palavras-chave: intelectuais, identidade nacional, herança colonial.*



What are the main characteristics of Brazil? How can Brazil become a liberal modern and socially integrated country? These are the most important problems discussed by Brazilian intellectuals since XIXth century, and so, the basic purpose of this text is to present these arguments of the first decades of the XXth century by two important analysts

of Brazilian social process: Manoel Bomfim and Oliveira Vianna. The different approaches will be deeply analyzed, as well as their projects concerning Brazil's nation-building process.

*Keywords: highbrows, national identity, colonial heritage.*

**A**o longo dos primeiros cinquenta anos do Império do Brasil, os intelectuais preocuparam-se em refletir sobre questões pertinentes à construção do Estado. E nesse sentido a articulação entre ordem e liberda-

de constituiu-se num dos temas principais. Influenciados pelo ecletismo – versão francesa do liberalismo conservador inglês –, os intelectuais apresentavam projetos e propostas a respeito da engenharia política e administrativa do Esta-

do, que devia se organizar sob o formato liberal, mas que permanecia mantendo a escravidão.

A partir de 1870 novos ventos começaram a soprar às terras brasileiras. A publicação do *Manifesto republicano* colocava às claras a insatisfação de parte da elite nacional com a Monarquia. Ao mesmo tempo, a manutenção da escravidão tornava-se difícil e, na esteira da contestação à ordem monárquica e escravista, a questão da identidade nacional recebeu destaque no cenário intelectual brasileiro. Surgia no Nordeste a denominada “Escola do Recife”,<sup>1</sup> cujas figuras principais eram Sílvio Romero e Tobias Barreto. O “bando de idéias novas”, denominação dada por Sílvio Romero, inundou o país. Iniciava-se a renovação. À Escola do Recife deve-se o esforço para a elaboração de uma história da cultura brasileira. Combatia-se ferozmente a Monarquia, considerada um obstáculo ao progresso do país. Para essa crítica laçavam mão, de modo indiscriminado, das obras de Comte, Darwin, Taine, Renan, dentre outros. Apoando-se em seus momentos iniciais no positivismo de Comte, Romero e Barreto pouco depois abandonaram essas teorias. Os intelectuais ligados à Escola do Recife foram influenciados, também, por Haeckel e pelo neokantismo e empenharam-se em abordar o homem como consciência.

Os novos ventos trariam para o Império do Brasil, além das mudanças propostas pela Escola do Recife, aquelas anunciadas pelo positivismo. Tratava-se do reconhecimento de que a Monarquia consti-

tucional não mais servia ao crescimento do país. Não estava mais em jogo a “fundação” de um país, mas sim sua transformação indispensável para que pudesse acompanhar as inovações do tempo, ou seja: as mudanças técnicas, políticas e espirituais por que passava a Europa.

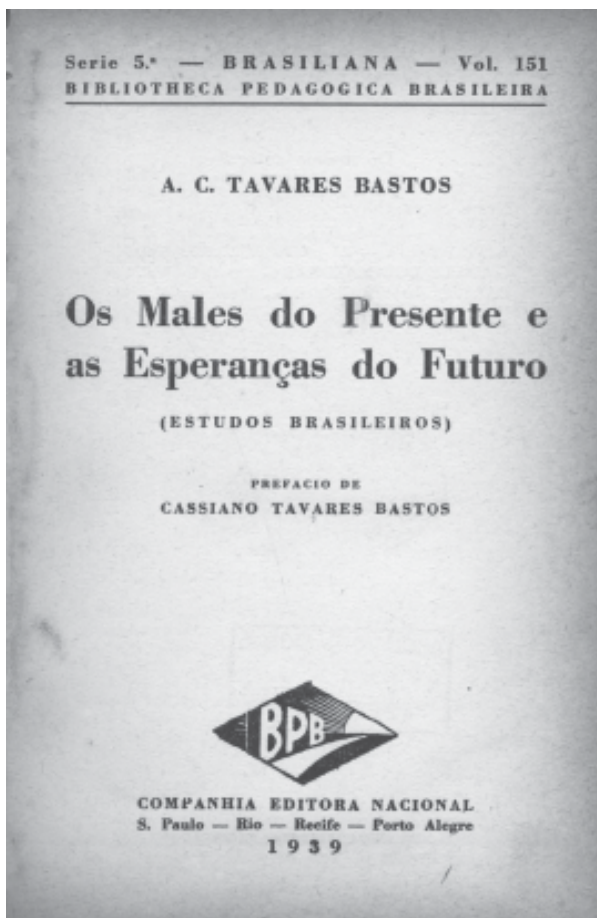
A “geração de 1870” teve também entre seus membros os mais ardorosos defensores da forma republicana de governo. Os novos ventos que por aqui sopravam vinculavam de modo bastante estreito, ainda que não exclusivo, o progresso à República. A Monarquia era sinônimo de centralização, escravidão, ruralismo, supremacia da Igreja, em uma palavra: atraso. A República traria a liberdade para as províncias bem como para o processo eleitoral (que livre das ingerências do Poder Moderador permitiria a entrada de novos atores na política). Os novos tempos exigiam a República, ainda que nem todos os republicanos estivessem dispostos a lutarem pelo fim da escravidão.

A temática da integração nacional passou a receber destaque no cenário político e intelectual brasileiro a partir do decênio de 1880, quando de modo mais sistemático a questão do fim da escravidão se tornou central no cenário político e intelectual.<sup>2</sup> O que fazer com os ex-escravos? Esta era uma das questões que se apresentavam. Seria possível resolver a questão nacional sem criar meios de integrar os ex-escravos? Se a forma monárquica de governo estava desgastada, seria a República capaz de atender aos anseios de maior autonomia

regional? Na ânsia por entender e oferecer respostas, alguns intelectuais foram buscar no passado colonial as raízes da identidade nacional brasileira, bem como os obstáculos impeditivos para implementação no Brasil do modelo liberal e democrático. A obra que inaugurou esse posicionamento foi, sem dúvida, *Os males do presente e as esperanças do futuro*,<sup>3</sup> de Tavares Bastos, em que o autor se mostrava extremamente crítico diante do papel desempenhado pela colonização portuguesa. Bastos alertava para o fato de que a centralização imposta pelo sistema colonial impe-

diu o surgimento do “espírito empreendedor” na Colônia.

Se alguma coisa explica o embrutecimento do Brasil até o começo do século presente, a geral depravação e bárbara aspereza de seus costumes, é portanto a ausência do que se chama espírito público e atividade empreendedora (...). Não recai sobre Portugal somente esse crime de ignorância e egoísmo; mas, é inegável que, em parte alguma, foi o regime observado com mais severidade e (...) avareza do que na metrópole.<sup>4</sup>



Tavares Bastos tece uma crítica ao papel desempenhado pela colonização portuguesa

Com a extinção da escravidão, o fim do governo monárquico e a chegada da República, a *questão nacional* passou a ocupar no cenário intelectual brasileiro um lugar de destaque. O que definia o Brasil? Por que o país não conseguia se organizar tal qual os países considerados modelo, como Estados Unidos, França, Inglaterra ou Alemanha? O que fazer para tornar o Brasil mais próximo desses modelos? Quais as mudanças necessárias? Por que mudar era difícil? Quais os entraves? Essas eram questões que afligiam os intelectuais brasileiros preocupados em não apenas entender o que era o Brasil, mas também em transformá-lo.

Nesse afã de descobrir as raízes de “nossos males”, havia os que creditavam à sociedade que se construiu no Brasil ao longo de trezentos anos ou ao Estado a raiz desses problemas. É possível encontrar análises que responsabilizavam as elites políticas que estavam à frente da direção do Estado, pela incapacidade na adoção de medidas destinadas a promover a integração nacional. Alguns intelectuais creditaram, no entanto, à natureza da sociedade – dito de outra forma, ao povo – a responsabilidade pelo Brasil não ser uma nação integrada e moderna.

As análises se dividiam entre os que responsabilizavam as elites sociais e defendiam o povo e os que, ao contrário, creditavam ao povo, mediante a utilização do conceito de raça, então em voga, a raiz das dificuldades do Brasil em se tornar um país moderno e integrado. Alguns passaram, no entanto, a creditar ao passado monárquico e à herança

ibérica a causa dos males brasileiros que dificultavam a modernização do país nos planos político, econômico e social. Para Manoel Bomfim, por exemplo, a origem de todos os nossos males devia ser buscada na herança cultural herdada da colonização portuguesa. Ao longo de sua obra, iniciada com a publicação, em 1905, de *A América Latina: males de origem*,<sup>5</sup> Bomfim procurou entender os significados da herança colonial sob o prisma da natureza cultural do colonizador. A um só tempo ele apontava o caráter extremamente predatório da colonização, mas imputava aos traços culturais ibéricos as razões para este caráter predatório.

Partindo também das raízes ibéricas, Oliveira Vianna publicava, no decênio de 1920, *Populações meridionais do Brasil*. Suas análises diferenciavam-se das de Manoel Bomfim porque Oliveira Vianna via na sociedade construída pelos colonizadores portugueses a base a partir da qual deveriam ser implementadas as mudanças necessárias à modernização do país.

#### MANOEL BOMFIM E OS MALES DA COLONIZAÇÃO

Bomfim redigiu *A América Latina: males de origem* ao longo do ano de 1903, momento em que recebeu a solicitação de um jornal de Paris, cidade onde residia à época, para que desse uma entrevista esclarecendo os problemas gerais com que se defrontava a América Latina. Levado a avaliar a extensão e complexidade do assunto sobre

o qual lhe pediam opinião, dispôs o resultado de suas reflexões nessa obra, na qual afirmava, de modo corajoso, seu nacionalismo. Contestava a postura etnocêntrica dos jornalistas, escritores e políticos europeus que percebiam a América Latina como uma região atrasada, povoada por mestiços indolentes e degenerados. Negava-se a conceber a América Latina apenas como uma região marcada por escândalos e desonestidade. Bomfim condenava essas críticas, mas reconhecia que era inegável nosso atraso. Afirmava que “a América do Sul mantém a reputação de ser o continente mais rico do globo”, mas devido às constantes mudanças de governo, levantes, lutas políticas, os europeus se permitem proclamar que “as repúblicas sul-americanas são afetadas de cesarismo crônico e estão por isso perdidas”.<sup>6</sup>

Manoel Bomfim teve uma trajetória intelectual instigante. Nascido em 1868, na cidade de Aracaju, então província de Sergipe, pertencente a uma família possuidora de engenho de açúcar, iniciou, aos 17 anos, seus estudos na Faculdade de Medicina da Bahia. Após a morte da filha, ocorrida no interior de São Paulo, dirigiu-se definitivamente para o Rio de Janeiro, abandonando a medicina, e passou a se dedicar ao estudo da psicologia e da pedagogia. Tornou-se, em 1896, professor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Na administração Pereira Passos, Bomfim foi à Europa estudar pedagogia e psicologia, ocasião em que redigiu *A América Latina*. De volta ao Rio, foi nomeado diretor do

Pedagogyum, bem como da Instrução Pública do Distrito Federal. Passou, então, a defender a tese de que competia aos professores moldar a educação da infância e da juventude, viabilizando, dessa forma, a construção do país.

A obra de Manoel Bomfim<sup>7</sup> revela traços bastante peculiares e suas análises se distinguem, em muitos aspectos, daquelas efetuadas por seus contemporâneos. Bomfim não se encontrava preocupado em oferecer diagnósticos da realidade brasileira para a partir deles indicar um receituário capaz de remediar este ou aquele mal. Propôs-se a buscar as origens dos problemas que afligiam o Brasil e a América Latina e que seriam os responsáveis pelos impasses em que o país vivia.

Ao se voltar para os países colonizados, Bomfim identificou neles os mesmos males que afetavam os países da América Latina. O mesmo atraso, “uma geral desorientação, um certo desânimo, falta de atividade social, mal-estar em todas as classes, irritação constante e, sobretudo, uma fraqueza”.<sup>8</sup> Recusou-se a operar com as teorias raciais tão em voga naquele momento e que creditavam à mestiçagem a responsabilidade sobre os problemas enfrentados pelos países latino-americanos.

Na sua maior parte, os intelectuais tinham formação jurídica e, nesse sentido, Manuel Bomfim, um homem já dos finais do século XIX, insere-se numa outra tradição, que então se inicia, qual seja, uma tradição científica. Dessa forma, para análise da origem dos proble-

mas que dificultavam e/ou impediam que o Brasil pudesse construir uma nação marcada pela vigência dos princípios liberais e democráticos, Bomfim recorria aos conceitos da biologia.

Foi na trajetória histórica da península ibérica que Bomfim procurou encontrar as razões da incapacidade latino-americana em compreender o sentido da modernidade. Recuou ao período das invasões cartaginesas do século IV para mostrar como durante oito séculos a Espanha, em particular, viveu em lutas permanentes, o que resultou numa educação guerreira e numa cultura dos instintos belicosos. Foi com base nessa tradição belicosa que interpretou a maneira como os espanhóis conquistaram os impérios inca e asteca. Terminada a fase de depredação, teria, então, início a do sedentarismo, que para ele significava a fase da degenerescência.

Alertava que, para Portugal, a conquista apresentou-se mais difícil em razão do tamanho do pequeno reino. Assinalava, no entanto, que o Brasil e a África foram colônias que permitiram a Portugal o exercício do sedentarismo. Do Brasil retirava os tributos, dízimos e monopólios, e da África, o tráfico dos negros.<sup>9</sup> Como resultado do parasitismo favorecido pelas conquistas, deu-se na Espanha a formação de uma aristocracia do dinheiro, capaz de abafar o desenvolvimento normal da sociedade. Igualmente em Portugal, a vida produtiva estagnou e passou-se a viver dos lucros gerados nas colônias.

Manoel Bomfim viu nessa forma dos ibéricos conceberem o processo colonial as raízes dos males que passariam a afligir de modo permanente a América Latina. A herança ibérica de parasitismo e degenerescência era, segundo ele, a responsável pela incapacidade da América Latina de se construir enquanto um continente moderno e voltado para a difusão das atividades produtivas, propiciadoras do progresso para todos os seus habitantes.

Para o autor, mesmo quando deixamos de ser uma área colonial, a prática de se viver parasitariamente do trabalho de outrem já havia se instalado. Destacava o papel da escravidão como o meio utilizado para tornar mais viável o parasitismo:

(...) as classes inferiores e mecânicas se adaptaram a viver em condições de pobreza, desconforto e miséria que parecem incompatíveis com a vida. Os escravos negros – coagidos pelo açoite – adaptaram-se, habituaram-se a trabalhar o mais possível a viver com o mínimo de conforto e de alimentação.<sup>10</sup>

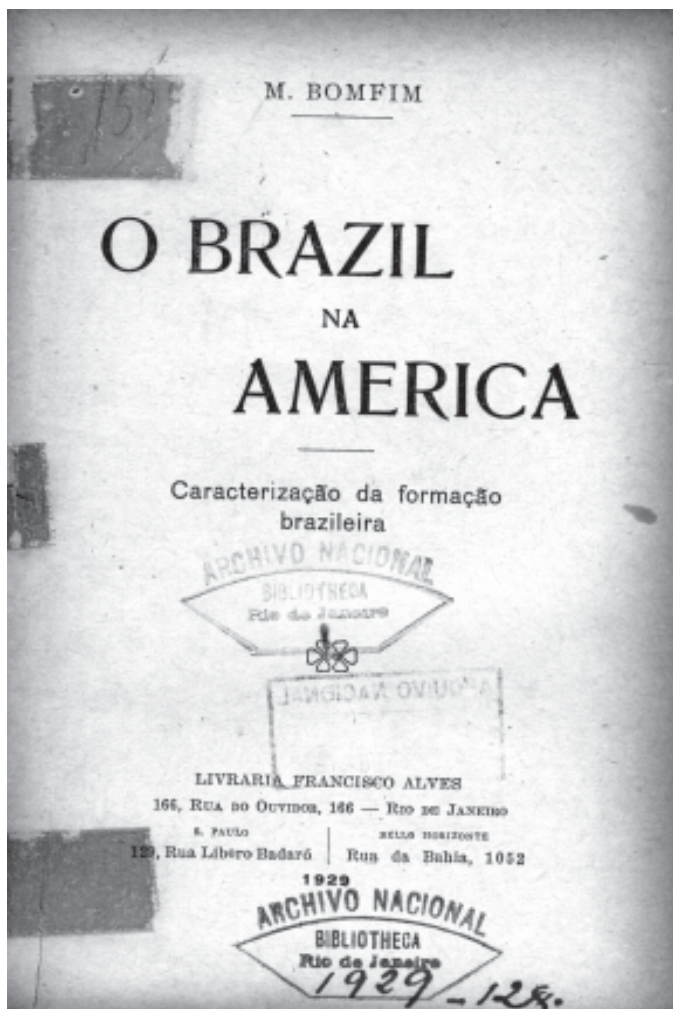
Para Bomfim, a escravidão guardava vínculos estreitos com o regime de colonização parasitária estabelecido pelos povos ibéricos, ou seja: na medida em que os ibéricos se encontravam acostumados à conquista e depredação, eles não concebiam a possibilidade de se estabelecer qualquer forma de ocupação de um território que não implicasse extrair daí o máximo de lucratividade com o mínimo de trabalho. O

espírito do parasitismo e depredação se encontrava presente, também, nos homens que vieram para a Colônia, que eram aventureiros, especuladores desejosos do enriquecimento rápido e sem muito trabalho.

Ao explicar a lógica de funcionamento do antigo sistema colonial, Manoel Bomfim atribuía a questões de natureza cultural a implantação de um sistema de exploração colonial em que o objetivo do colonizador era extrair o máximo das colônias, não se preocupando em desenvolver ne-

las qualquer atividade produtiva, capaz de propiciar o desenvolvimento da área colonial. Compararia, por fim, a colonização ibérica com aquela empreendida na América do Norte demonstrando que esta última não foi vítima de um parasitismo integral. Lá chegou também a existir a escravidão, mas na América Latina aos efeitos gerados pela escravidão se somaram:

(...) as desastrosas conseqüências dos monopólios e privilégios, os exclusivos mercantis, instituídos sobre



Manoel Bomfim: educação para transformar o Brasil em uma nação moderna

o comércio colonial, as restrições fiscais, o sistema bárbaro de tributos, o embaraço, a proibição formal às industriais manufatureiras tornando-se impossível qualquer esforço de iniciativa particular pela interdição de toda inovação progressista.<sup>11</sup>

A educação se constituía, assim, no meio capaz de viabilizar a transformação dessa sociedade excludente em uma nação moderna, onde deveriam vigorar os direitos universais de cidadania. Uma nação capaz de se impor ao mundo civilizado (leia-se Europa) como um país operoso e progressista. A crença na educação como mecanismo transformador era para Bomfim a crença na razão libertadora. A educação seria, portanto, o instrumento capaz de dotar o povo dos meios necessários para se posicionar na condução das questões nacionais: “se faltam cidadãos para uma república, se faltam ao país homens em valor humano, procuremos formá-los. É a suprema virtude da educação”.<sup>12</sup>

Entre a publicação de *A América Latina: males de origem* (1905) e *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira* (1931), é possível constatar significativa modificação no modo pelo qual Bomfim acreditava ser possível viabilizar a transformação das nações latino-americanas. Continuava fiel à sua crença na educação, mas compreendia que seria impossível esperar dessa elite que retirava seu poder do parasitismo a predisposição em investir na educação nacional. Dessa maneira, em *Brasil nação*, ainda que não abandonando sua crença

na ilustração, vislumbrava no movimento popular agrário um possível caminho de mudança, à semelhança do que ocorrera no México.

Bomfim buscou realizar um diagnóstico das razões do “atraso” do Brasil e da América Latina diante dos países hegemônicos europeus, recusando-se a creditar ao povo, na vertente racial, a responsabilidade por essa situação. No seu entender, foi o processo colonial, caracterizado por uma ferrenha dominação, que possibilitava manter na ociosidade os colonizadores, os responsáveis por essa situação. Reconhecia a dificuldade, quase extrema, para que ocorressem mudanças na sociedade brasileira, na medida em que o processo colonial viabilizou o estabelecimento desse parasitismo também nas elites brasileiras. Romper com essa inércia era questão chave. Afinal, os dirigentes que se beneficiavam de toda essa situação não teriam porque viabilizarem os meios (educação) necessários à mudança. Por outro lado, sem integração, sem cidadania, o Brasil não teria as condições indispensáveis para ingressar no rol das nações modernas.

#### OLIVEIRA VIANNA: HERANÇA IBÉRICA E MODERNIZAÇÃO DO BRASIL

No decênio de 1920, Oliveira Vianna dedicou-se a questionar os meios que deviam ser adotados para que o Brasil pudesse ser transformado. Suas análises diferenciavam-se das de Bomfim, em primeiro lugar por serem calcadas nos referenciais



da sociologia, bem como no historicismo alemão. Leitor das obras de Sombart e Weber, Oliveira Vianna estruturou o conjunto de sua obra utilizando a metodologia de pesquisa própria da sociologia alemã.

Francisco José de Oliveira Vianna nasceu em 1883, no interior da então província fluminense. Estudou direito e se dedicou ao jornalismo e ao magistério. Foi, antes de tudo, um cientista social, e nessa condição procurou compreender a realidade político-social brasileira e apresentar um projeto capaz de viabilizar a construção, no Brasil, de um Estado nacional integrado. No prefácio de *Populações meridionais do Brasil*,<sup>13</sup> esclarecia o objetivo de sua obra, bem como o método com o qual trabalharia.

Considerando a sociedade brasileira na sua condição de colônia e ressaltando o papel dos traços culturais ibéricos herdados de Portugal, realizou seu diagnóstico sobre o Brasil ressaltando a estrutura social e política construída no país a partir do processo de colonização. Inicialmente, é preciso ressaltar que Oliveira Vianna se recusava a aceitar que a importação de modelos políticos e/ou jurídicos pudesse contribuir para tornar o Brasil um país moderno. Ao contrário, acreditava que as soluções para o Brasil deveriam ser buscadas a partir da análise da sociedade brasileira, na sua condição de colônia, e sem deixar de considerar os traços culturais ibéricos herdados de Portugal.

O que devemos fazer, para melhorar o teor de nossa vida pública,

não é imitarmos os ingleses e quereremos ser como eles (...). O que devemos fazer é aceitar resolutamente a nossa condição de brasileiros e as conseqüências da nossa 'formação social': - e tirarmos todo o partido disto.<sup>14</sup>

Dessa maneira, a Oliveira Vianna interessava compreender o tipo de unidade da estrutura social, ou seja, de indivíduo que existe na sociedade brasileira. É nele que centraria, em larga medida, o seu enfoque. Ele era extremamente preocupado com o tipo de povoamento, o tipo de ser humano que havia em cada uma das diferentes regiões do Brasil.

Qual era o ponto de partida do conjunto de observações de Oliveira Vianna sobre a estrutura social brasileira? Este ponto de partida, que acompanha todo o desenvolvimento de seu pensamento, residia na identificação da estrutura social brasileira como sendo uma estrutura de tipo patriarcal, ou dito de outra maneira, uma estrutura social clânica, baseada em famílias que se compunham não só dos elementos a ela vinculados por laços de sangue, mas também por um grande número de agregados.

O regime de clã, como base da nossa organização social, é um fato inevitável entre nós, como se vê, dada a inexistência, ou a insuficiência de instituições sociais tutelares e a extrema miserabilidade de nossas classes inferiores (...). O espírito de clã torna-se assim um dos atributos mais característicos das nossas classes

populares (...). O nosso homem do povo, o nosso campônio é essencialmente o homem de clã, o homem da caravana, o homem que procura um chefe.<sup>15</sup>

O que decorria da existência de uma estrutura social baseada no elemento clânico, senhorial ou familiar? Em primeiro lugar, a tendência de que essa estrutura social se inclinasse para uma vertente doméstico-privatista. Nesses termos, a obediência só podia ser de tipo tradicional. Ela não decorria do tipo de obediência que caracteriza uma sociedade industrial moderna, ou seja, uma obediência advinda do cálculo racional em relação aos fins. Os elementos de controle social que se projetam na vida política e dão a essa estrutura social o seu caráter patrimonialista estavam vinculados à existência da família extensa, mas eles dependem também de um outro elemento, que é a propriedade da terra.

Essa ascendência, donde vem ela, então? Do orgulho do sangue fidalgo? Este pode dar a esses aristocratas a empáfia, a soberba, o espírito de casta, o aristocrático afastamento da plebe. Não explica, porém, a força, de que eles dispõem em homens, em dinheiro, em dominação direta e real sobre o povo. Qual então o fundamento desse prestígio, dessa ascendência, desse poder incontestável? (...). É sobre a sesmaria, sobre o domínio rural, sobre o latifúndio agrícola e pastoril que ele se assenta. Ele é que classifica os homens. Ele é que desclassifica.<sup>16</sup>

A terra constituía-se em símbolo de status, sinal de riqueza, ainda que a questão da riqueza possa ser discutível porque depende da extensão da propriedade agrária, do tipo de terra e de agricultura propícios a cada região. A terra era um elemento de riqueza e ao mesmo tempo um elemento de controle social e político. A fazenda controlada por um proprietário com o seu círculo familiar mais próximo, ou seja, o círculo sangüíneo, e o círculo familiar mais extenso composto dos agregados é que se constituía na unidade básica de agregação da estrutura social brasileira. Essa estrutura foi, até o momento em que Oliveira Vianna começava suas reflexões sobre o Brasil, e até um determinado momento do desenvolvimento dessas reflexões, uma estrutura esmagadoramente agrária.

Dessa maneira, a função do domínio rural teria sido a de estruturar o caos colonial. Sob o comando e também a proteção do grande senhor de terras, iriam se reunir os homens livres, mas não possuidores de terras, bem como os escravos sobre os quais recaíam as tarefas de produção. Diante das circunstâncias criadas por esse contexto social, a única solidariedade possível era a "solidariedade clânica". Assim, Oliveira Vianna afirma que "fora da pequena solidariedade do clã rural, a solidariedade dos moradores, especialmente a solidariedade dos grandes chefes do mundo rural – os fazendeiros –, jamais se faz necessária".<sup>17</sup>

Oliveira Vianna, a partir da identificação dessa forte presença do clã, procurava compreender o significado do

localismo na vida política brasileira, que levou à “despreocupação do interesse coletivo, ausência de espírito público, de espírito do bem comum, de sentimento de solidariedade comunal e coletiva, carência das instituições corporativas em prol do interesse do ‘lugar’, da ‘vila’, da ‘cidade’”.<sup>18</sup>

O que significava esse localismo? Significava, dentro dessa ótica, a integração do

indivíduo na estrutura social por meio do pertencimento a um determinado grupo clânico, familiar, na visão de Oliveira Vianna, e que possui uma chefia bastante definida, personalizada e facilmente identificável. Localismo não é, portanto, adesão às tradições ou aos valores locais. Localismo significa, antes de qualquer coisa, agregação a um determinado clã e o indivíduo que está fora, que não pertence a um determinado grupo, cuja



AN PH/ROT/47395,00

**Oliveira Vianna: análise da sociedade brasileira a partir da colonização**

chefia é exercida na maioria das vezes por meio da propriedade da terra e outras vezes por prestígio social ou por carisma, está à margem da estrutura social e do processo político.

Oliveira Vianna concluía afirmando que se as estruturas de controle social eram localizadas, isto impedia a integração dos diferentes indivíduos a uma estrutura social de tipo nacional. Apontava que no processo colonial se encontrava a origem dessa situação, alertando, ainda, para o fato de que “esta imunidade dos grandes domínios fazendeiros não é, aliás, uma criação nossa. É, ao contrário, sobrevivência de uma velha tradição feudal portuguesa”.<sup>19</sup>

Na medida em que a estrutura política brasileira era dominada ainda pelo “espírito do clã” e pelo “localismo”, tornava-se impossível, para Oliveira Vianna, a aplicação a esta sociedade do receituário liberal importado da Europa e/ou dos Estados Unidos. Na realidade, Oliveira Vianna se mostrava pouco preocupado em encontrar os meios necessários para tornar o Brasil um país liberal. Para ele a questão central estava na montagem de uma organização social e política que fosse capaz de integrar a população sob o controle do Estado.

Vianna não utiliza o conceito de cidadania, mas existia em suas análises a preocupação com a construção de um Estado que fosse integrador. Afinal, em 1920, encontramos a ordem política ameaçada diante da tendência à oligarquização do poder estabelecido, sob o formato liberal de uma organiza-

ção social dominada pelos clãs ou de uma sociedade “pré-capitalista”, como a denominava Oliveira Vianna na última de suas obras, a *História social da economia capitalista no Brasil*.<sup>20</sup>

O que Oliveira Vianna nos apresenta como única possibilidade para a resolução da problemática brasileira no tocante à organização política é um processo de transferência de lealdades. Lealdades políticas que antes estavam canalizadas para a estrutura patriarcal tenderão a se dirigir para o poder central, uma vez que esse poder mostre ter força e autoridade suficientes para subjugar as estruturas tradicionais de dominação, libertando os indivíduos destas mesmas estruturas. Livre das estruturas tradicionais, o indivíduo torna-se leal ao Estado; até então preso àquelas estruturas, uma vez liberado pela ação de um poder central forte, tenderá a canalizar as suas lealdades a este mesmo poder central. Propõe então Oliveira Vianna a necessidade de constituição de um poder central forte, mas que submetesse e controlasse a cidadania, substituindo as antigas estruturas de dominação, que eram inibitórias ou impeditivas do exercício da cidadania.

Adepto de um Estado forte e centralizador, capaz de outorgar cidadania, Oliveira Vianna não podia conceber a representação política como um espaço de exercício das liberdades. A representação política também devia estar sob controle do Estado. Introduzia, então, a idéia de um corporativismo mais afinado com aqueles já existentes no mundo em que ele vivia. Esse corporativismo não aparecia como o

resultado, ou como a modalidade de uma representação política que reunisse a totalidade das estruturas sociais e dos indivíduos que a compõem. Ele seria composto por segmentos socioprofissionais organizados, ou seja, por câmaras ligadas ao mundo do trabalho – a partir dos sindicatos – ou por câmaras ligadas ao mundo do patronato. É preciso ver que esta estrutura corporativa de que nos fala Oliveira Vianna, teria, também, a função de evitar o conflito entre o capital e o trabalho.

Os decênios de 1920 e 1930 foram ricos em interpretações acerca das razões pelas quais o Brasil não se tornava um país moderno, industrializado e com uma população integrada. As promessas anunciadas pela carta de Caminha no momento do Descobrimento, a respeito das potencialidades infinitas da nova terra, continuavam sendo apenas promessas, e os intelectuais se inquietavam. Mais do que compreender os traços definidores do Brasil, boa parte da intelectualidade permanecia preocupada ao longo do pe-

ríodo republicano em entender as razões pelas quais era tão difícil tornar esse país plural e diversificado culturalmente, uma nação integrada a partir dos parâmetros ditados pelos países hegemônicos. Como viabilizar os processos de industrialização e urbanização? Como tornar essa população rural que vivia impregnada por uma religiosidade mágica e atrelada aos poderes locais, e sem acesso a um sistema educacional universal, uma população igual a dos países da Europa Central ou dos Estados Unidos? Como conjugar as heranças culturais ibérica, africana e indígena com o modelo cultural anglo-saxão? Como superar o passado colonial? Manoel Bomfim e Oliveira Vianna foram dois dentre inúmeros intelectuais que se debruçaram sobre esse impasse, porém suas produções foram fruto de olhares divergentes. Afinal, se quase sempre é difícil detectar convergências nas análises, é certo, no entanto, que as temáticas da identidade nacional e cultural do Brasil ainda hoje se impõem no cenário intelectual.

## N O T A S

1. Sobre a Escola do Recife, ver Antonio Paim, *A filosofia da Escola do Recife*, 2. ed., São Paulo, Convívio, 1981.
2. Maria Emilia Prado, *Memorial das desigualdades: os impasses da cidadania no Brasil, 1870/1902*, Rio de Janeiro, Faperj/Revan, 2005.
3. Tavares Bastos, *Os males do presente e as esperanças do futuro*, São Paulo, Editora Nacional, 1976.
4. *Ibidem*, p. 32.

5. Manoel Bomfim, *A América Latina: males de origem*, Rio de Janeiro, 4. ed., Topbooks, 1993.
6. *Ibidem*, p. 38.
7. Ver as análises de Flora Sussekind e Roberto Ventura, *Uma teoria biológica da mais valia? História e dependência: cultura e sociedade em Manuel Bomfim*, São Paulo, Moderna, 1984.
8. Manoel Bomfim, *op. cit.*, p. 54.
9. *Ibidem*, p. 104.
10. *Ibidem*, p. 126.
11. *Ibidem*, p. 134.
12. Manoel Bomfim, *O Brasil nação: realidade da soberania nacional*, Rio de Janeiro, 2. ed., Topbooks, 1996, p. 542.
13. Cf. Francisco José de Oliveira Vianna, *Populações meridionais do Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia; Niterói, EDUFF, 1987, 2 v.
14. Francisco José de Oliveira Vianna, *Instituições políticas brasileiras*, Belo Horizonte, Itatiaia; Niterói, EDUFF, 1987, v. 2, p. 129.
15. Francisco José de Oliveira Vianna, *Populações meridionais do Brasil*, *op. cit.*, p. 145-147.
16. *Ibidem*, p. 58-59.
17. *Ibidem*, p. 152.
18. Francisco José de Oliveira Vianna, *Instituições políticas*, *op. cit.*, p. 110.
19. *Ibidem*, v. 1, p. 76.
20. Francisco José de Oliveira Vianna, *História social da economia capitalista no Brasil*, Belo Horizonte, Itatiaia, Niterói, EDUFF, 1981, 2 v.